



AnoXXXI-Nº311- 2018 - Joinville-SC

# JORNAL DA EDUCAÇÃO

[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)

## As imagens do mundo nas obras de arte



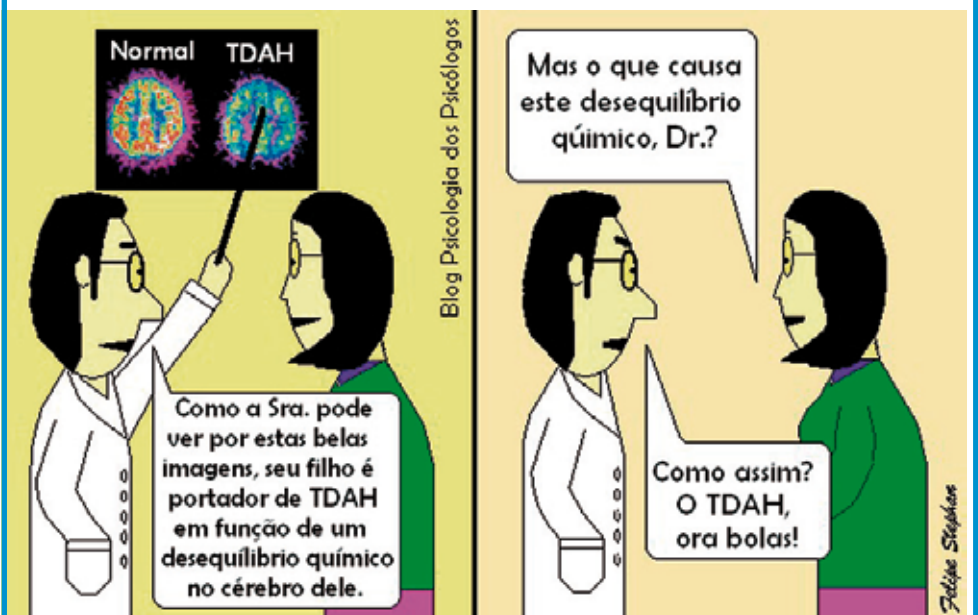
A imagem do espelho foi a inspiração para o autorretrato de observação

A professora de Artes Carolina Sanches tem um total de 25 turmas, em 35 aulas semanais. O planejamento do tempo é essencial para dinamizar a aprendizagem na única aula de artes que ministra em cada turma da rede municipal e nas duas, da rede estadual.

Na maratona diária, a professora ainda encontra tempo para montar exposições das obras de arte produzidas pelos alunos na Escola Municipal Amador Aguiar e na EEB Gertrudes Benta Costa.

Págs 4 e 5

## Novos critérios para o diagnóstico do TDAH



O psicólogo Gilmar de Olivera, defende ser fundamental aos profissionais da educação conhecer sobre transtornos mentais, pois é na escola que muitos dos transtornos incidem e interferem na aprendizagem.

Pág. 7

## Revista científica



A publicação digital do Jornal da Educação é uma nova opção para os cientistas e pesquisadores publicarem seus artigos científicos e de opinião, resenhas e relatos de experiência.

Coordenada pelo professor Doutor Norberto Dallabrida a banca científica seleciona e emite parecer sobre os textos submetidos.

Acesse o novo portal do Jornal da Educação e saiba como ter seus trabalhos publicados.



**PROFESSOR:**  
Seu trabalho resultou em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:  
[jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br](mailto:jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br)

[www.facebook.com/Jornal da Educação](http://www.facebook.com/Jornal da Educação)  
[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)



# Os professores e escolas públicas devem liderar a reforma do ensino médio

Mais uma vez o ensino do Brasil “será reformado” e, como os professores e professoras sempre fizeram, “terão de engolir a seco”, entrar em sala e dar suas aulas. Será que farão tudo igual?

Ou os professores vão engrossar os movimentos de protesto contra a lei, sancionada sem nenhuma participação deles e nem dos estudantes.

Durante as discussões da nova BNCC pelo menos nas primeiras fases, houve alguma participação de professores. Mas, no caso da reforma do ensino médio, os verdadeiros responsáveis pela implementação das tais re-

(CNE). Ele saiu alegando que o MEC está produzindo fake news quando faz propaganda dizendo que os estudantes do ensino médio poderão escolher o que estudar.

Em Santa Catarina, durante a 1ª Jornada do Ensino Médio, realizada na UDESC Florianópolis, foi lançado o Observatório do Ensino Médio – OEMESC, grupo de pesquisadores ligados a universidades, que pretendem conseguir a adesão de diretores de escolas, professores e estudantes para pesquisar, elaborar propostas e apresentar ao governo do estado para que se implemente a nova lei.

terão de dar as tais aulas, a escola (diretores, professores e demais profissionais do ensino) terá de “se virar” até o final de 2019, e oferecer os ‘itinerários formativos’ aos alunos que farão a matrícula para 2020.

As escolas, pela reforma, não serão obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos. Então, na maioria das escolas do país, o estudante não terá opção.

Conforme o texto da lei, 60% da carga horária seja ocupada obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC. Os demais 40% serão opta-

a aprendizagem dos cidadãos brasileiros, os mesmos que serão os responsáveis pelo Brasil em menos de uma década, ninguém pode afirmar.

Mas, que os professores, mais uma vez terão de dar conta de sua parte no processo, isto já é do conhecimento de todos.

A questão é saber qual caminho você, professor ou professora, diretora e estudante de ensino médio escolherá. Onde será sua posição? Será o banco dos espectadores do processo de implantação ou o dos participantes ativos do processo?

## Desafios da sala de aula...



ByProfª Juciene

formas nas salas de aula, assim como toda a sociedade brasileira, foram surpreendidos, no dia 16 de fevereiro de 2017, com a Lei Nº 13.415.

A lei é também identificada como a Lei de conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016, já que teve origem na Medida Provisória 746/2016, que teve 148 das 568 emendas apresentadas, acolhidas parcial ou totalmente.

Já a Base Nacional Curricular do Ensino Médio continua em discussão em audiências públicas.

A primeira foi realizada no dia 11 de maio, em Florianópolis. A que aconteceria no dia 8 de junho, em São Paulo, foi cancelada depois que grupos de manifestantes invadiram o local.

No dia 5 de julho, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou a audiência em Fortaleza. Em agosto devem ser realizadas as audiências em Belém e Brasília.

Já a BNCC da educação infantil e do ensino fundamental deve ser implementada pelas escolas até o início do ano letivo de 2020.

Portanto, até o momento, ninguém sabe exatamente como será o tal novo ensino médio. Mas, certamente, tudo cairá nas mãos e mentes dos professores e professoras em exercício em sala de aula.

Os movimentos contrários à proposta crescem em todo o país. Cesar Callegari renunciou ao cargo de presidente da Comissão Bicameral da BNCC no Conselho Nacional de Educação

Já o Movimento Santa Catarina pela Educação, liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, tem realizado os seminários “A Educação Integral e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da Reforma do Ensino Médio: Os Desafios da Educação para o Mundo do Trabalho.

O objetivo é mobilizar, articular e influenciar os setores econômicos e o poder público para melhorar a educação quanto à escolaridade, qualificação profissional e qualidade do ensino. Este movimento apoia a implantação do ensino médio integral.

Ou seja, como aconteceu em outros momentos históricos, a reforma será implantada e os professores, chamados “a estudar e dar sua contribuição imprescindível”. Não por acaso, o Brasil é um dos últimos países em qualidade de aprendizagem. Os professores e professoras que se adaptem.

Assim como qualquer lei e reforma da educação, as promessas (ou intenções declaradas) continuam as mesmas: trazer e manter os cidadãos em idade escolar nas salas de aula, reduzindo a evasão, a mais alta do ensino básico, e melhorar a qualidade do ensino.

Esta proposta, desenvolvida dentro dos gabinetes, por especialistas dos gabinetes do MEC e de universidades. A maioria deles sem experiência prática em sala de aula, foi promulgada e, ninguém sabe como e o que fazer para implementá-la.

A única certeza é que os professores

ativos, conforme a oferta da escola e interesse do aluno.

Os itinerários serão este conteúdo optativo, o aluno poderá, caso haja a oferta, se concentrar em uma das cinco áreas: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, formação técnica e profissional.

Aos professores e professoras caberá ministrar os conteúdos, “segurar” os adolescentes na escola até a conclusão do curso e, optar por participar ou não das discussões e do processo de implementação da proposta.

Sem muita escolha, como sempre aconteceu no Brasil, os agentes principais do saber, os professores, mesmo sem terem participado da formulação da Reforma, que está sendo comparada com o modelo em vigor na década de 1970 (em plena ditadura militar), mesmo não sabendo como usar ou quais tecnologias usar, irão para as salas de aula ministrar conteúdos e ‘suas tecnologias’ de algum dos itinerários escolhidos pelos especialistas da Secretaria de Educação ou pelos diretores das escolas onde lecionam.

E é assim que terão de formar profissionais para profissões que ainda não existem. A única opção é participar ativamente dos grupos de estudos, preparar-se para ‘aguentar o rojão’. Como tem acontecido ao longo da história da educação brasileira.

Se a reforma conseguirá estancar a evasão dos estudantes do ensino médio ou melhorar a qualidade do ensino e

## EXPEDIENTE

JE

Ano XXXI - Nº 311 - Junho 2018  
Joinville(SC)

Rua Padre Kolb, 99 BI 12/104  
89202-350 Joinville - SC  
Fone: (47) 3433 6120 e 984150630

Endereço Eletrônico:

[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)  
[jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br](mailto:jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br)

Jornalista Responsável:

Maria Goreti Gomes DRT/SC

ISSN 2237-2164

Reg. Especial de Título nº 0177593

Impressão: AN

Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e São Bento do Sul e Jaraguá do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores



## Nova Base Nacional Comum Curricular: sua escola já está se preparando?

Por Ton Ferreira (\*)

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no final de 2017, é o assunto mais comentado entre os educadores. As escolas de Educação Básica têm até o início do ano letivo de 2020 para implementá-la. Muitas delas já vêm promovendo debates em torno do tema. A sua escola já está se preparando?

A BNCC é um avanço qualitativo na educação brasileira, pois pela primeira vez na história do país todas as escolas, sejam elas públicas ou particulares, de todos os Estados, estarão abordando o mesmo conteúdo ao longo de um ano letivo. Ao final de cada ciclo de escolarização, todos os alunos, urbanos ou rurais, do Sul ou do Nordeste, deverão ser capazes de produzir o mesmo conteúdo. E isso é maravilhoso! Um grande passo para garantir a equidade em todo o país.

Mas toda mudança traz dúvidas e muitas vezes é difícil saber por onde começar. Este, a meu ver, é o maior desafio: tirar do papel as mudanças exigidas pelo MEC. O primeiro passo é reunir todo o corpo escolar para discutir a fundo o que precisa ser feito para transformar o modus operandi. Feito isso, é preciso pôr a mão na massa para adequar as diretrizes da BNCC à realidade de sua escola, sejam essas mudanças no currículo, nas práticas pedagógicas e em sala de aula.

É bom lembrar que a BNCC deve ser usada como referência e não como um mapa engessado para alcançar as metas ali traçadas de escolarização, habilidades e competências dos alunos. O Brasil é imenso e cheio de peculiaridades; portanto, o que funciona em um lugar, pode não funcionar em outro.

O segundo passo é verificar se os materiais e recursos didáticos estão atualizados e de acordo com as novas diretrizes. Uma das maiores mudanças que a BNCC determina é a utilização de tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, de forma crítica, reflexiva e ética, indo ao encontro das necessidades e da realidade do século 21, uma era digital e tecnológica na qual as crianças estão inseridas. É preciso investir em soluções tecnológicas e conteúdos em formato digital, de forma a conversar com a realidade dos alunos. Além disso, os recursos didáticos devem proporcionar momentos e situações nas quais os alunos são convidados a interagir em sala de aula, além de relacionar o aprendizado com a sua própria vivência.

O terceiro passo, e o que fará total diferença no sucesso da implantação da nova BNCC, é investir na qualificação dos professores. De nada adiantam os livros superatualizados; o ambiente virtual de aprendizagem tinindo; realidade aumentada em 3D, se o responsável por mediar tudo isso – o professor – não dominar as novas ferramentas.

É preciso implantar uma reforma na maneira de atuar dos educadores, principalmente em relação às novas tecnologias e à aplicação da Educação Socioemocional na escola. É necessário que os professores estejam aptos a provocar reflexão, fazendo com que os alunos pensem, identifiquem e analisem a situação, trabalhem em conjunto e encontrem uma – ou várias – soluções para as questões propostas.

De nada vai adiantar colocar apenas o conteúdo de tal disciplina no quadro, explicar e depois cobrar o resultado em métodos tradicionais de avaliação. A forma de comunicar o conteúdo fará toda a diferença na maneira como os alunos irão compreender o enunciado. É importante incorporar as novas linguagens dos alunos a fim de motivá-los a aprender e, assim, se fazer compreendido – habilidades importantíssimas que crianças e adolescentes levarão para toda a vida.

A nova BNCC propõe 10 competências a serem desenvolvidas junto aos alunos: Conhecimento; Pensamento Científico, Crítico e Criativo; Repertório Cultural; Comunicação; Argumentação; Cultura Digital; Autogestão; Autoconhecimento e Autocuidado; Empatia e Cooperação; e Autonomia e Responsabilidade. Ao incitar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, o professor transforma a sala de aula num imenso laboratório da vida, onde simula situações reais do cotidiano para usá-las como ferramentas de aprendizagem.

Há empresas especializadas na implantação de soluções educacionais inovadoras, atuando na formação e atualização do corpo docente de escolas públicas de vários municípios do Brasil. Além de cursos específicos que ajudam os gestores escolares a adaptarem a BNCC à realidade de suas escolas, também oferece cursos aos professores, com foco em tecnologia, planejamento e desenvolvimento de atividades lúdicas e interativas em sala de aula.

Gestores e professores precisam mudar, precisam acordar para esse novo olhar no processo de ensinar e aprender, adotando um modelo moderno e transformador de Educação que, sem dúvida, fará a diferença na formação das nossas crianças; preparando-as não só para obterem bons resultados em provas e concursos, mas também para enfrentarem os desafios futuros da vida.

\* **Ton Ferreira** é Consultor de Governos da Planneta Educação, empresa do grupo Vitae Brasil. Mestre em Projetos Educacionais de Ciências pela USP; MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro Salesianos e Pós-Graduado em Ética, Valores e Cidadania pela USP; graduado em Matemática pela UNESP. Experiência na área Gestão de Pessoas e de Formação Continuada, Docência e Palestras com foco em educação, ciência e tecnologia.



A palavra inferno origina-se do vocábulo latino “inferus” (lugares baixos), cujo significado corresponde ao local de castigo para os maus numa vida após a morte. E quem são os maus?

Nas tradições religiosas, são aqueles que agem em desacordo com as leis de Deus. Nas religiões abraâmicas – judaísmo, cristianismo e islamismo –, os maus são aqueles que, além de não obedecer à lei de Deus, se recusam a acreditar e prestar adoração exclusiva a esse Deus.

Assim, mesmo que uma pessoa seja boa e honesta, mas não crê, ou não presta culto ao deus verdadeiro (que depende da parte geográfica do planeta em que ela se encontra), essa pessoa irá para o inferno. Segundo essa doutrina, o mais importante é crer, seguir as

céu, inferno, ressurreição e juízo final.

Esses novos saberes seriam mais tarde assimilados por Jesus. O evangelista Mateus nos informa que no fim do mundo: “...os anjos virão separar os maus do meio dos justos e os arrojaram na fornalha, onde haverá choro e ranger de dentes.”

Comparado ao inferno cristão, o salão de castigos muçulmano é infinitamente mais assustador: “Quanto àqueles que negam os nossos versículos, introduzi-los-emos no fogo infernal. Cada vez que a sua pele se tiver queimado, trocá-la-emos por outra, para que experimentem mais e mais o suplício.” (sura 4,56). “Quanto aos incrédulos, serão cobertos com vestimentas de fogo e lhes será derramada, sobre as cabeças, água fervente...” (sura 22,19).

Os críticos dizem que Deus, sendo bom e piedoso, jamais puniria um único filho seu de forma tão terrível, como pregam as religiões. Os conservadores insistem que o inferno



regras e adorar a Deus, e não o caráter e a bondade.

Por exemplo, um crente que estuprou e matou dez criancinhas, escapará do castigo, se no último minuto de vida se arrepender e confessar seu amor a Deus. Já

+um ateu, agnóstico ou devoto de uma religião falsa (aquela que não é a predominante de um país ou cultura) por mais que tenha sido bom nessa vida, será encaminhado aos portões do inferno, sem direito à apelação no tribunal celeste. As Escrituras dizem que Deus perdoa todas as nossas falhas, menos a descrença.

Não se sabe quando o conceito de castigo para os mortos foi introduzido nas comunidades humanas, mas há cerca de seis mil anos, os sumérios já falavam que a vida após a morte se passava numa existência deplorável, em meio à dor e sofrimento. No inferno do antigo Egito, os maus eram devorados pelo demônio Ammit, cuja cabeça era de crocodilo e o corpo formado com partes de leão e de hipopótamo. Os gregos temiam o Tártaro, lugar de eterno sofrimento.

No judaísmo antigo, algumas seitas rejeitavam a doutrina da imortalidade e punição. Mas, depois que os judeus voltaram do cativeiro babilônico (século 6 a.C.) e já influenciados pelo zoroastrismo, os rabinos introduziram em sua teologia as doutrinas de

existe, mas não é Deus quem envia o pecador para o inferno, e sim o próprio pecador é quem escolhe ser separado da graça divina. Contudo, de acordo com a Bíblia, quem manda alguém para o inferno é Deus: “Pois Deus não poupou os anjos que pecaram, mas os lançou no inferno, prendendo-os em abismos tenebrosos a fim de serem reservados para o juízo.” (2 Pedro 2,4).

Há uma linha de pensamento na qual se diz que Jesus se referia ao inferno não como um lugar, mas como uma metáfora para o sofrimento que sentimos em decorrência de nossos maus pensamentos e ações. Com o tempo, a Igreja teria copiado a ideia de castigo eterno das religiões pagãs e a transformou no inferno que lemos nos evangelhos.

Para especialistas em história da religião, o inferno foi uma genial invenção da classe sacerdotal para melhor manter o povo quieto e fiel às suas regras. Real ou ficção, a notícia dessa prisão eterna foi tão bem divulgada, que até hoje mais da metade da população mundial acredita no inferno.

Como os teólogos costumam rever doutrinas que se revelam antiquadas, quem sabe um dia eles rejeitem a existência do inferno, como fizeram séculos atrás, quando decidiram que a mulher também tinha alma, ou com o limbo, outro andar do edifício celeste, que foi demolido em 2007 depois de várias décadas de sérias discussões pelos doutores da Igreja.

**Fernando Bastos é escritor, ilustrador e artista plástico. Publicou dois livros: “Teofania” e “Crimes em nome de Deus”. E-mail: fernandoilustrador@gmail.com e Facebook: https://www.facebook.com/fernandocesar.bastos**



# Na era da informática, desenvolver habilidades manuais e a sensibilidade são essenciais

Se a escola é o lugar que a sociedade criou para desenvolver as habilidades em seus membros, cada vez mais as aulas de artes são necessárias para desenvolver a habilidade criadora. As crianças e adolescentes nascidos na era digital pouco aprendem a desenhar, pintar e muitas vezes, sequer conseguem recortar em linha reta a mão livre.

As aulas de artes são também o momento especial para desenvolver a sensibilidade e a criatividade para observar e retratar o meio ambiente, externar os sentimentos ou compreender a sensibilidade própria e beleza da natureza e raça humana.

**Joinville** – A criatividade da professora de artes Carolina Speckhahn Sanches vai muito além das artimanhas necessárias para ensinar as diferentes técnicas de artes visuais.

A quantidade de aulas da disciplina, apenas uma aula semanal, em praticamente todas as turmas do ensino fundamental e somente duas no ensino médio, a obriga, a criar estratégias de deslocamento, planejamento do próprio tempo e das aulas e registros de avaliações, tudo tem que ser muito rápido.

Carolina trabalha 35 aulas semanais ministrando aulas para 25 turmas da Escola Municipal Amador Aguiar e da Escola Estadual Professora Gertrudes Benta Costa.

A quantidade excessiva de turmas e, obviamente, de diferentes conteúdos a serem ministrados, resulta em muito trabalho extraescola.

O tempo necessário somente para o registro dos conteúdos, presença e avaliações, precisa ser minuciosamente planejado. O planejamento das aulas é outra maratona.

Com carga horária insuficiente, o livro didático, recebido do MEC para os alunos, é usado somente como fonte de pesquisa dos conteúdos e técnicas.

Portanto, o governo federal poderia usar o dinheiro destes livros de modo mais racional e prático. Ao invés dos tais livros, poderia enviar o dinheiro diretamente para a escola, mesmo que direcionando para a compra de material de desenho e pintura para ser usado nas salas de aula, possibilitando a todos os alunos o acesso à tintas, cadernos de desenho, pinceis, régua, telas, etc

## Teoria e prática

“Procuo aliar teoria com a prática, focando sempre muito na criação, no quanto o produzir, o pensar, o refletir e o fazer de forma diferente pode acrescentar no aprendizado no aluno”, explica a professora que ensina teoria, os aspectos históricos e a técnica ao mesmo tempo.

“Cada vez mais o mundo pede pessoas criativas, inovadoras e originais e acredito muito no quanto a disciplina de artes pode contribuir com essas questões. A arte sempre fez parte do ser humano, foi a primeira forma do homem se manifestar e registrar sua passagem aqui na terra, ela tem muito a acrescentar e a contribuir com a aprendizagem de cada um”.

O brasileiro continua acreditando-se muito cria-



## Guernica

A obra **Guernica** de Pablo Picasso, pintada em 1937, foi recriada em formato de murais mas representando a guerra da Síria, da atualidade. O trabalho elaborado em parceria com a disciplina de história serviu para que os alunos do 3º ano do ensino médio, da EEB Gertrudes Benta Costa, estudassem e retratassem a destruição provocada pela guerra, considerando os diferentes contextos históricos, essencial para interpretar esta pintura.

## Arte Egípcia - Lei da Frontalidade

Os alunos do 1º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Gertrudes Benta Costa, criaram figuras 'humanóides' em tamanho real, ao estudarem a arte egípcia, dentro da técnica da Lei da Frontalidade. Os personagens foram inspirados na Lei que os egípcios usavam para pintar!



tivo, mas a velocidade das mudanças especialmente no mundo do trabalho, exige muito mais do que criatividade.

Especialmente se considerarmos que estamos preparando nossos alunos para profissões que ainda não existem.

Portanto, a habilidade de adaptar-

-se rapidamente, a sensibilidade para observar e analisar as mudanças e a criativamente são características indispensáveis para o jovens que entrará no mercado de trabalho na próxima década.

Em ambas as escolas, a professora

utiliza os espaços disponíveis para expor os trabalhos como forma de incentivo à participação nas atividades.

Afinal, não há nada mais gratificante do que ver o próprio trabalho sendo apreciado por outras pessoas.

## A arte indígena - Maluanas

A arte indígena, um dos conteúdos da matriz curricular do 6º ano, na EM Amador Aguiar culminou na confecção de rodas de pintura inspiradas nas Maluanas.

A roda de teto apresenta grafismos que não são encontrados em nenhum outro objeto fabricado pelos Wayana e Aparai, povos indígenas que vivem no extremo norte do Pará. Os grafismos da roda de teto representam seres sobrenaturais.

As bordas do artefato são pintadas com triângulos que representam as borboletas amarelas e alaranjadas, chamadas pelos Aparai de mapetekere e que aparecem nas praias quando começa o verão.

Outros grafismos também podem ser pintados nas rodas de teto e representam vários tipos de animais.

As rodas de madeira, com pinturas feitas pelos homens da tribo em locais distantes do centro da aldeia, adornam a parte mais alta da casa central comunitária da aldeia. O assunto foi retirado do livro didático.



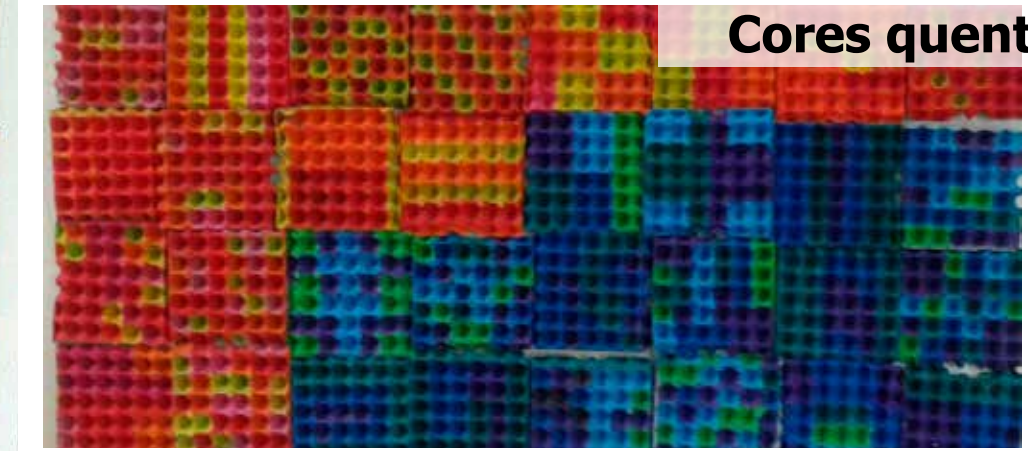
## Recriando o mundo pela arte

A imagem refletida no espelho foi transferida para o papel durante as aulas de artes na turma do 2º ano da Escola Municipal Amador Aguiar. Os estudantes trabalharam o retrato e autorretrato.

Além de desenhar-se a partir da observação no espelho ou em fotografias, os alunos puderam também fazer o desenho de memória e depois pintaram com tinta sobre papel kraft.



## Cores quentes e frias



Após estudarem os grupos das cores: quentes e frias, os alunos do 5º ano foram reunidos em dois grupos. Cada grupo pintou caixas de ovos somente com as cores sob sua responsabilidade: as quentes (magenta, vermelho, amarelo e laranja) e frias (azul, verde e roxo). “Depois montamos um painel para mostrar o efeito visual que as cores podem causar”, explicou Carolina.

## Pintura ao ar livre

Já os alunos dos 8º anos puderam vivenciar como é pintar ao ar livre. A atividade foi inspirada na experiência dos artistas do Impressionismo, do século XIX. De posse de tinta, pincel e caixas de pizza, foram para o pátio da escola, escolheram um ponto da paisagem e pintaram. “O resultado foi bem positivo e mostrou que existe sim aprendizado também fora da sala de aula”, registrou a professora.

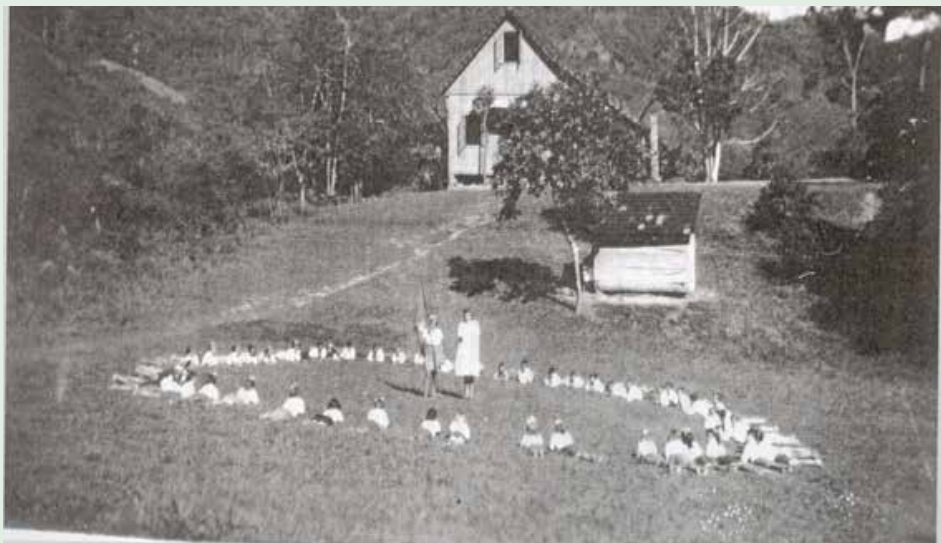






## EDUCAÇÃO MODERNA E NACIONALIZADORA

Por Daniele Hungaro da Silva\*



Escola Municipal Francisco Mees – Corupá, SC [193-?] Fonte: Arquivo Privado

Na imagem acima expressa a atividade pedagógica de uma escola municipal de Corupá, Santa Catarina, realizada na década de 1930. Nela há indícios de se tratar da prática da pedagogia moderna - um progresso, reconhecidamente, para aqueles tempos -, uma vez que é notória a superação de um modelo pedagógico centrado na sala de aula e no enfileiramento dos alunos.

A imagem nos dá elementos que indicam tratar-se de um exercício que destaca as “novas ideias”, desenvolvido ao ar livre, com a disposição dos alunos em círculo, defendendo um ensino que privilegia os aspectos corporais e sensitivos. Por outro lado, também se observa o ensino de uma identidade nacionalizada, de um sentimento de adoração, veneração e devoção ao Brasil, com a bandeira nacional no centro da atividade, o objeto da cultura material escolar para atingir os fins nacionalistas de escolarização.

Não se nega o paradoxo dessa construção. Moderna, porque trabalha a dimensão intuitiva do aluno, defendendo a aprendizagem pela observação direta das coisas, do seu manuseio, do ver, sentir e tocar, a perceber o mundo exterior “a partir dos quais seriam produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos, transformadas em matérias-primas das ideias, as quais, acrescidas da imaginação e do raciocínio, possibilitariam o desenvolvimento da capacidade de julgamento e de discernimento” (TEIVE, 2008, p. 137). Conservadora, porque incutia na criança o sacrifício pela nação, os seus deveres como cidadão à pátria e amor ao Brasil, uma educação moral e cívica, forjada pelo Estado, com foco central no ensino primário.

Essa alternância de (in)evolução no método pedagógico da época deixam perguntas: será que havia um movimento de modernização do ensino ou será que tal prática era meio para consolidar e estimular os objetivos pedagógicos de nacionalização?

Ao que parece, a educação estabelecia-se

com o intuito de formar cidadãos saudáveis e produtivos, menos arbitrária e mais aberta às necessidades do educando – é verdade -, mas calcada no escopo de docilidade e obediência para a “homogeneidade cultural”, conclamada pelo governo getulista e colocada em marcha por Nereu Ramos, interventor do Estado de Santa Catarina de 1937 a 1945. Trata-se de um momento singular de autoritarismo na sociedade e no sistema nacional de ensino, no qual o ensino era baseado sobre fatos e experiências nacionalistas para a aquisição de (apenas) uma identidade cultural.

Enfim, atrelada à disciplinarização do corpo infantil no ensino primário, práticas pedagógicas “modernas” tinham também em seu horizonte a necessidade de inculcar e fazer penetrar na mente dos (as) alunos (as) uma crença a qual todos trabalhariam para promover e divulgar, a chamada identidade nacional.

Em síntese, a história da educação no país passa por momentos como este retratado, em que há dualidade de proposições e perspectivas para a efetivação de práticas pedagógicas mais inovadoras. Há avanços e recuos que prejudicam um avanço educacional de qualidade.

### Referência

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico - Escola Normal Catarinense - 1911-1935, Florianópolis, Editora Insular, 2008.

**Daniele Hungaro da Silva\*** é doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2017). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Atualmente atua como professora efetiva no Cerfead/IFSC dedicando-se a formação de professores na modalidade EaD e a pesquisa na seguinte área de concentração: Fundamentos histórico-epistemológicos da educação no Brasil, com temas que versam sobre cultura escolar e história do tempo presente.

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Autor, co-autor ou organizador de diversos livros. Entre eles, “A Escola da República (1911-1918)” (Editora Mercado de Letras, 2011) e “O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes”, organizado por Alexandre Fernandez Vaz (UFSC) e Norberto Dallabrida (UDESC), da Editora Insular. E-mail:norbertodallabrida@gmail.com

## RÁPIDAS

**Novos talentos** - A WestRock abre 12 vagas abertas para o Programa de Estágio Ciclo Agosto 2018, distribuídas nas unidades de Santa Catarina, são 9 em Três Barras e 3 vagas em Blumenau. Podem se candidatar ao programa de estágio os estudantes regularmente matriculados nos cursos superiores de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Manutenção, Engenharia de Produção, Engenharias: Química, Mecânica e Elétrica, Engenharia Florestal e Engenharias: Florestal e Ambiental. Mais informações sobre o processo seletivo podem ser encontrados no link <http://jobs.westrock.com/>, onde as inscrições estão abertas até o dia 8 de julho.

**Preparatório gratuito on line** - O Colégio Eniac lançou curso preparatório gratuito para o ENEM 2018. Programa é oferecido em plataforma online que permite aos candidatos estudar a qualquer hora e lugar, e inclui também aulas e plantões de dúvida presenciais. O programa é gratuito, aberto ao público geral e pode ser feito nas modalidades EaD e híbrida. A EaD é totalmente à distância, enquanto a modalidade híbrida também disponibiliza aulas que os alunos podem assistir presencialmente na sede do Eniac, em Guarulhos. As atividades podem ser realizadas até a data de aplicação das provas do ENEM (4 e 11 de novembro de 2018). “Para estudar, o único pré-requisito é que o aluno tenha acesso à internet e a um aparelho remoto”, explica Caio Fernando Oliveira, professor e coordenador do Colégio Eniac. A iniciativa faz parte do braço solidário do Grupo Eniac, intitulado Eniac Solidário, que consiste em uma estratégia para promover a educação como instrumento de transformação do mundo e engloba diversas iniciativas que aproximam a instituição e a comunidade. O conteúdo online é composto por vídeos, textos, gráficos e links que orientam o aluno ao longo do plano de estudos. Além disso, são oferecidos exercícios simulados que podem ser realizados para medir o progresso dos alunos. Os temas dos cursos são subdivididos de acordo com as áreas de conhecimento do ENEM: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e Matemática. As sextas-feiras, serão promovidos os Master Classes, palestras ministradas por especialistas convidados abordando assuntos dos grandes vestibulares. As inscrições para o Preparatório ENEM e para o Master Class devem ser feitas pelo site: <https://www.eniac.com.br/eventos/>. Mais informações podem ser obtidas por telefone (11) 2472-5500 ou por WhatsApp (11) 97079-6191.



GLOBAL  
TEACHER  
PRIZE

VARKEY FOUNDATION

**Global Teacher Prize 2019** - Estão abertas até o dia 09 de setembro as inscrições para o maior prêmio de educação do mundo: US\$ 1 milhão ao vencedor. Podem se inscrever, professores do ensino fundamental e médio, assim como professores de meio período e de cursos online. As inscrições são gratuitamente pelo site do evento ([www.globalteacherprize.org](http://www.globalteacherprize.org)). Professores de todo o país poderão se inscrever (ou serem indicados por terceiros) através do site. Além da condecoração, o vencedor receberá US\$1 milhão, em cerimônia durante o Global Education and Skills Forum, em Dubai. A principal premiação mundial a professores já reconheceu o brasileiro Diego Mahfouz Faria Lima como um dos dez maiores docentes do mundo. A quinta edição do Global Teacher Prize, é um reconhecimento a trabalhos realizados por professores em todo o mundo. O regulamento completo se encontra na página oficial do concurso [www.globalteacherprize.org](http://www.globalteacherprize.org). Entre os candidatos ao Global Teacher Prize 2019, 50 serão pré-selecionados (com previsão de anúncio em dezembro de 2018) para, então, ser apresentado o Top 10 (com previsão de anúncio em fevereiro de 2019). Os dez finalistas serão levados a Dubai para a cerimônia de premiação no Global Education and Skills Forum, em março de 2019, onde o vencedor será anunciado. O ganhador será escolhido entre os 10 finalistas pelo Global Teacher Prize Academy. Saiba mais em @TeacherPrize no: [www.twitter.com/TeacherPrize](https://www.twitter.com/TeacherPrize) e [www.facebook.com/TeacherPrize](https://www.facebook.com/TeacherPrize) e [www.globalteacherprize.org](http://www.globalteacherprize.org)

O profissional  
que dá certo!  
CURSOS TÉCNICOS

CAMPANHA  
2ª semestre  
2018



Rua Otto Boehm, nº 100 - Joinville - Santa Catarina

comercial@irei.com.br (47) 99207-2912 3422-8906

institutoirei @institutoirei



Em 2013 chegou ao público e aos profissionais da Saúde a quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, ou DSM-5. Trata-se de um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria, para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais. É usado por psicólogos, médicos e terapeutas ocupacionais.

Neste documento constam as características e os novos critérios para o diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade.

É fundamental conhecer sobre transtornos mentais no âmbito da saúde e, creio, deveria ser estudado por profissionais da Educação também, pois é na escola que muitos dos transtornos mais incidem e interferem na aprendizagem.

Assim, passamos a entender todas as dimensões do transtorno e definir o diagnóstico, tendo validade e reconhecimento em várias culturas. Tais informações colaboram muito para entender causas, identificar sintomas e comorbidades (que são alterações associadas ao transtorno).

## E, afinal, como o TDAH é classificado no DSM-5?

Neste manual, o TDAH se classifica entre os transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizados por dificuldades no desenvolvimento que se manifestam precocemente e influenciam o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou pessoal.

São cinco os critérios diagnósticos conforme o DSM-V, para se afirmar que a pessoa possui o transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (American Psychiatric Association, 2013):

**CRITÉRIO A** – Um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere com o funcionamento ou desenvolvimento. Em ambos os domínios seis (ou mais) dos seguintes sintomas devem persistir por pelo menos seis meses, em um grau que é inconsistente com o nível de desenvolvimento, e tem um impacto negativo diretamente sobre as atividades sociais e acadêmicas e profissionais.

**CRITÉRIO B** – Vários sintomas de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade devem estar presentes antes dos 12 anos de idade.

**CRITÉRIO C** – Vários sintomas de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade devem estar presentes em dois ou mais contextos (por exemplo, em casa, na escola ou trabalho, com os amigos ou familiares; em outras atividades).

**CRITÉRIO D** – Há uma clara evidência de que os sintomas interferem ou reduzem a qualidade do funcionamento social, acadêmico ou ocupacional.

**CRITÉRIO E** – Os sintomas não ocorrem exclusivamente durante o curso da

esquizofrenia ou outro transtorno psicótico e não são melhor explicados por outro transtorno mental (por exemplo, transtorno de humor, transtorno de ansiedade, transtorno dissociativo, transtorno de personalidade).

Há uma gama de sintomas de desatenção e de impulsividade, que devem ser observados pelos profissionais da Saúde (médicos e psicólogos, sempre em conjunto), sintomas estes que se manifestam há mais de seis meses, que têm início na primeira infância. Tais critérios determinam a existência desse transtorno ou não.

É importante que as escolas conheçam os critérios diagnósticos, para compreensão e encaminhamento, jamais para diagnóstico, pois com o apoio terapêutico (medicação, psicoterapia, psicopedagogia), as pessoas com TDA-H tem condutas e aprendizagem normalizadas.

Também se percebe que, ao se conhecer os critérios diagnósticos, os profissionais da Educação colaboram para conter este derrame de diagnósticos errôneos, onde crianças ansiosas ou com alterações psicomotoras ou cognitivas e mesmo sem limites e Educação vinda do lar são taxadas como hiperativas.

A incidência de TDA-H nas escolas é baixa, em torno de 3% a 6% dos alunos (www.blog.saude.gov.br), embora vários artigos citem o aumento do transtorno devido ao excesso de uso de jogos eletrônicos, celulares, tablets e computadores.

Ou seja: num turno com 500 alunos, talvez encontre-se 15 alunos com TDA-H, provavelmente menos na maioria das escolas. Mas a dispersão causada por esta exposição excessiva aos eletrônicos, a redução de horas de sono, má alimentação, estresse e fatores emocionais causam, sim, problemas para manter a concentração e o foco em sala de aula, sem TDA-H.

O alerta e as orientações devem ser dadas AOS PAIS pela escola, que deve orientar sobre a necessidade de bons hábitos para manter a atenção em alta.

Ao professor, cabe exigir o silêncio como base para a concentração e notificar os casos de indisciplina ou mesmo de TDA-H para o corpo técnico fazer os devidos encaminhamentos e cobrar da família as providências, ou mesmo levar ao Conselho Tutelar a necessidade de ajuda que o estudante possui.

**EDUCADOR**, lembre-se: a agitação, desobediência, o deboche, falta de vontade e ser irrequieto não são escolhas do aluno, não é “safadeza”, são sintomas de base biológica que afetam a conduta social e a concentração de quem tem TDA-H.

Observe o quadro com os critérios diagnósticos do TDA-H. Mas lembre-se: **nem todo agitado é TDA-H (hiperativo) e nem todo disperso tem déficit de atenção e a prevalência é bem menor do que o que se rotula nas escolas atualmente.**

# Falando do TDA-H

Para pessoas com 17 anos ou mais, pelo menos cinco sintomas são obrigatórios:

## 1. DESATENÇÃO:

a) Muitas vezes, deixa de prestar atenção a detalhes ou comete erros por descuido na escola, no trabalho ou durante outras atividades.

b) Muitas vezes tem dificuldade em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas (por exemplo, tem dificuldade em permanecer focado durante as palestras, conversas ou leitura longa).

c) Muitas vezes parece não escutar quando lhe dirigem a palavra (por exemplo, a mente parece divagar, mesmo na ausência de qualquer distração óbvia).

d) Muitas vezes, não segue instruções e não termina tarefas domésticas, escolares ou no local de trabalho (por exemplo, começa tarefas, mas rapidamente perde o foco e é facilmente desviado).

e) Muitas vezes tem dificuldade para organizar tarefas e atividades (por exemplo, dificuldade no gerenciamento de tarefas sequenciais, dificuldade em manter os ma-

teriais e os pertences em ordem, é desorganizado no trabalho, tem má administração do tempo, não cumpre prazos).

f) Muitas vezes, evita, não gosta, ou está relutante em envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante (por exemplo, trabalhos escolares ou trabalhos de casa ou para os adolescentes mais velhos e adultos: elaboração de relatórios, preenchimento de formulários, etc).

g) Muitas vezes perde coisas necessárias para tarefas ou atividades (por exemplo, materiais escolares, lápis, livros, ferramentas, carteiras, chaves, documentos, óculos, telefones móveis).

h) É facilmente distraído por estímulos externos.

i) É muitas vezes esquecido em atividades diárias (por ex., fazer tarefas escolares, e em adolescentes e adultos mais velhos, estes não retornam chamadas, deixam de pagar contas, manter compromissos).

## DÉFICIT DE ATENÇÃO EM SALA DE AULA



## 2. HIPERATIVIDADE-IMPULSIVIDADE:

a) Frequentemente agita as mãos ou os pés ou se remexe na cadeira.

b) Muitas vezes levanta-se ou sai do lugar em situações que se espera que fique sentado (por exemplo, deixa o seu lugar na sala de aula, no escritório ou outro local de trabalho, ou em outras situações que exigem que se permaneça no local).

c) Muitas vezes, corre ou escala em situações em que isso é inadequado (Em adolescentes ou adultos, esse sintoma pode ser limitado a sentir-se inquieto).

d) Muitas vezes, é incapaz de jogar ou participar em atividades de lazer calmamente.

e) Não pára ou frequentemente está a

“mil por hora” (por exemplo, não é capaz de permanecer ou fica desconfortável em situações de tempo prolongado, como em restaurantes e reuniões).

f) Muitas vezes fala em excesso.

g) Muitas vezes deixa escapar uma resposta antes da pergunta ser concluída (por exemplo, completa frases das pessoas; não pode esperar por sua vez nas conversas).

h) Muitas vezes tem dificuldade em esperar a sua vez (por exemplo, esperar em fila).

i) Muitas vezes, interrompe ou se intromete os outros (por exemplo, intromete-se em conversas, jogos ou atividades, começa a usar as coisas dos outros sem pedir ou receber permissão).

Os tradicionais subtipos de TDAH (predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo e combinado) são considerados como apresentações no DSM-5. Essa alteração deve-se às conclusões de várias pesquisas, que demonstram que o surgimento dos sintomas pode variar de acordo com a idade em que o diagnóstico é considerado, diferente do sentido do termo “subtipo”, que se refere a uma condição invariável.

Estudos anteriores descreveram um declínio geral da severidade dos sintomas de hiperatividade-impulsividade ao longo do

desenvolvimento, enquanto que para os sintomas de desatenção os resultados são inconclusivos, a redução, a estabilidade e o aumento desses sintomas têm sido relatados.

Dessa forma, estima-se que até 70% das crianças diagnosticadas com TDAH na infância continuam a exibir níveis inapropriados de desatenção e, em menor grau, sintomas de hiperatividade-impulsividade durante a adolescência e na vida adulta (Biederman et al., 1998; Faraone et al., 2002).





## Amadurecimento das relações trabalhistas

Muitas são as inquietações e dúvidas sobre como a Reforma Trabalhista irá impactar nas relações profissionais, havendo os que indicam que as mudanças serão, mais uma vez, benéficas apenas para o empresariado.

Todavia, convidado-os a se perguntarem: as regras antigas nos permitiram, enquanto trabalhadores brasileiros, a atingirmos nível de maturidade pleno enquanto ser social? Foi possível desenvolvermos competências imprescindíveis para o alcance de sucesso garantido no mercado de trabalho? O trabalhador brasileiro desenvolveu, por exemplo, negociação, planejamento, reconhecimento de fato por sua participação nos resultados, independência, dentre outras competências sobre as quais hoje é cobrado, independente da Reforma? Ele se sente feliz?

Por muito tempo fomos regidos por procedimentos nascidos em 1943, quando da constituição da CLT e, embora tenham ocorrido evoluções que procuraram preservar direitos e deveres tanto para o empresariado quanto para os empregados, pouco se permitiu que sentássemos para discutir as melhores alternativas para as relações de trabalho. Isso fez com que nós, os trabalhadores, acostumássemo-nos à máxima de que a "vontade do patrão" deveria prevalecer, mesmo que esse propiciasse abertura e incentivasse participação (afinal, nem todos "os padrões" são iguais e, pensar assim é não reconhecer que existem muitas práticas organizacionais de fato participativas). Ao longo do tempo, foram fixados sérios paradigmas que levaram a classe trabalhadora brasileira a uma atitude subserviente e disciplinada pelo que era aceito pela maioria, mesmo que a decisão custasse muita insatisfação.

Os Sindicatos, na tentativa de mudar cenários, fizeram sua parte, mas também contribuíram para que não buscássemos informações sobre direitos, possibilidades e aberturas às relações de trabalho, pois, com nossa anuência, eles falaram por nós. Com a Reforma Trabalhista, o cenário muda e, sem desmerecimento qualquer à figura dos Sindicatos que irão, com certeza, buscar uma nova identidade. O contexto de trabalho que se apresenta atualmente nos exigirá priorizar diálogos diretos que contribuirão para que haja crescimento em direção às alternativas, mudanças e acordos personalizados, que sejam bons para ambos: trabalhadores, falando por si, e o empresariado.

Neste momento, acredito que alguns de vocês que me leem estão se perguntando: estamos preparados para esse diálogo? Como o trabalhador brasileiro vai defender seus direitos e discutir alternativas para a mediação das relações profissionais?

Talvez, ainda não estejamos prontos para enfrentar tais desafios, mas o aprendizado só se consolida com a prática e, portanto, a abertura propiciada pela Reforma Trabalhista nos levará, em médio prazo, ao estabelecimento de uma relação profissional mais maduras mudanças contribuirão para que se estabeleça uma relação profissional que valorize a individualidade de cada trabalhador, o qual, até agora, pode ter se deixado levar pelos modelos padronizados que sempre definiram quais benefícios, acordos e práticas seriam

Por Inez Maria de Fatima Robert\*

melhores para atender suas necessidades. Hora de identificar o que é bom e atende os profissionais, enquanto pequenos ou grandes grupos, visto que a matriz de necessidades e expectativas de cada trabalhador não é obrigatoriamente igual.

Esse investimento vai nos exigir a busca de mais informações e o desenvolvimento de competências para consolidarmos esse processo de crescimento; já que a abertura propiciada pela Reforma Trabalhista exigirá empenho para se conhecer mais sobre as leis, sobre a importância do diálogo e, acredito que possibilitará o resgate do apoio mútuo, enquanto pertencentes a uma mesma classe, a trabalhadora, por ser natural ao ser humano, quando em vantagem, oferecer informação, ajuda, visão, apoio e alternativas que contribuam para além de seu crescimento.

Serão os jovens os grandes desbravadores deste momento, os quais, precisarão de apoio e orientação para que se resgate o compromisso com o trabalho como caminho para a conquista de sonhos e realizações, independente se como empreendedores autônomos ou participantes do quadro funcional de uma empresa.

Portanto, apostar positivamente neste novo cenário trabalhista que se apresenta, potencializa um grande desafio à mudança e efetiva maturação de nosso papel enquanto cidadãos ativos no mercado de trabalho. Vamos "dar voz" às necessidades e buscar novos caminhos para a construção de relações profissionais que tragam satisfação, reconhecimento e felicidade aos cidadãos.

Este desafio exigirá também crescimento por parte das empresas, pois em um processo de negociação existem duas e não apenas uma parte interessada naquilo que é posto à análise. Da mesma forma que as pessoas terão de buscar competências para o diálogo participativo, as empresas também precisarão fazê-lo, além de abrir-se para a adoção de novas práticas flexíveis e capazes de fixar o reconhecimento de que não lidam com uma massa produtiva indispensável, mas pessoas pensantes e capazes de identificar e sugerir o que pode ser o mais adequado tanto para o próprio crescimento, assim como para o das empresas.

O desafio não será fácil, portanto, se a Reforma Trabalhista veio para ficar, precisa-se entender sem preconceito, o que está disposto, para então assumir a importante tarefa de empreender esforços, visando aumentar conhecimentos, unir forças e partir para uma negociação sustentada e objetiva capaz de fixar uma nova narrativa à evolução do papel do profissional brasileiro.

\*Inez Maria de Fatima Robert, formada em Psicologia com Mestrado em Administração – Ênfase em Gestão Estratégica, com 45 anos de vivência na área de Gestão de Pessoas em empresas de São Paulo e Santa Catarina; Consultora da Robert Consultoria, professora e orientadora em cursos de formação na Universidade da Região de Joinville e Faculdade Guilherme Guimbal; e Pós Graduação no Centro Universitário - Católica de Santa Catarina e na Univille.

**Yolanda Robert** – Advogada especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Consultora em remuneração estratégica. Diretora Jurídica Da ABRH – Joinville (2016/2018), Secretária Adjunta da OAB – Subseção de Joinville (2016/2018). Professora e Facilitadora de cursos e treinamentos na área trabalhista. Administradora do escritório Robert Advocacia e Consultoria.

## CONTRIBUIÇÃO DO LEITOR

### Adolescente é condenada por ofensas em grupo de Whatsapp

Por Lélío Braga Calhau\*

Nos anos 2000, os processos envolvendo crimes pela internet eram raros. Com o passar dos anos, eles foram se tornando mais frequentes e não é incomum hoje que brigas de condomínio, desavenças entre vizinhos e parentes ou comentários indevidos sobre o ambiente de trabalho, acabem se tornando complicados e caros processos judiciais.

A recente publicação de um julgamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, de 21 de maio de 2018, condenando uma ré com apenas 15 anos de idade, por criar um grupo de WhatsApp que promovia ofensas, reforça o que muitas pessoas ainda não se atentaram: criação e administração de grupos no WhatsApp importam também deveres, e não apenas direitos.

Chama a atenção que houve a tentativa de se enquadrar o caso como bullying, mas o tribunal entendeu que o mesmo não foi configurado, mas pelas ofensas praticadas no grupo, a responsabilidade civil da administradora foi determinada pela simples aplicação do artigo 186 (aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito) do Código Civil.

Muitas pessoas acham que se ocorrem ofensas e não for configurado o bullying, não haverá responsabilização. Mas, a lei civil é clara. Basta que ocorra uma ofensa, que viole direitos (ex: imagem, integridade física etc), para que surja a responsabilidade civil do autor.

O caso aqui chamou a atenção, pois as ofensas não foram praticadas pela adolescente, que era apenas a administradora do grupo.

Segundo o relator do julgamento, o criador do grupo é sempre denominado seu administrador por uma razão simples: pode adicionar e remover - termos utilizados na rede - quem bem quiser e na hora em que quiser.

Ou seja, no caso dos autos, quando as ofensas - que são incontroversas, provadas via notarial - começaram, a ré poderia ter



simplesmente removido quem ofendia e/ou ter encerrado o grupo. Ela até encerrou, mas criou outro com o mesmo teor das conversas, como as transcrições juntadas aos autos.

Mais à frente nesse mesmo julgamento, o relator esclarece que a administradora do grupo é corresponsável pelo acontecido, com ou sem lei do bullying, pois são injúrias às quais anuiu e colaborou, na pior das hipóteses por omissão, ao criar o grupo e deixar que as ofensas se desenvolvessem livremente.

Como foram três vítimas - e pela pouca idade da ré - foi arbitrado o valor de R\$ 1.000,00 por vítima, o que totalizou R\$ 3.000,00, com as correções legais e honorários de sucumbência de 15%. Quem atua na área, sabe que se fosse um adulto, esses valores poderiam chegar a R\$ 5.000,00 (ou até muito mais) por vítima, em casos similares.

Por fim, é importante que pais reforcem orientações concretas sérias e recorrentes para seus filhos no tocante à responsabilidade de se respeitar direitos de terceiros no ambiente virtual. Muitos jovens acreditam que a lei erroneamente não se aplica ali, ou que se acontecer algo, não podem ser responsabilizados. Este julgamento aponta justamente o contrário.

\* Lélío Braga Calhau é Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Graduado em Psicologia pela UNIVALE, é Mestre em Direito do Estado e Cidadania pela UFG-RJ.

## Revista científica



A publicação digital do Jornal da Educação é uma nova opção para os cientistas e pesquisadores publicarem seus artigos científicos e de opinião, resenhas e relatos de experiência.

Coordenada pelo professor Doutor Norberto Dallabrida a banca científica seleciona e emite parecer sobre os textos submetidos.

Acesse o novo portal do Jornal da Educação e saiba como ter seus trabalhos publicados.